

COMUNICADO

Balanco Patrimonial - Hospital Regional do Vale do Paraiba - Sociedade Beneficente São Camilo

**Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraiba)
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45**

Relatório da Diretoria

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2022 e 2021.
Taubaté, 03 de abril de 2023
A Diretoria

Balanco Patrimonial (em Reais)			
	31/12/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)	
Circulante (Ativo)			31/12/2022 (R\$)
Caixa e equivalentes de caixa	17.368.755,05	10.504.594,07	
Contas a Receber - Conv. e SUS	27.603.212,12	27.531.428,46	
Direitos a Faturar (CPC47)	4.683.771,72	7.174.064,32	
Outros Créditos	602.057,84	498.306,40	
Estoques	5.478.054,17	5.298.508,60	
Despesas Antecipadas	6.236,69	5.639,82	
Total do Ativo Circulante	55.742.087,59	51.012.541,67	
Ativo Não Circulante			31/12/2021 (R\$)
Contas a Receber	604.082,48	261.331,61	
Depósitos Judiciais	1.738.648,87	1.431.410,84	
Imobilizado + Intangível			
Imobilizado - Gestão Pública	72.625.137,45	65.123.552,18	
(-) Depreciação Acumulada	(47.610.067,84)	(44.598.553,55)	
Intangível - Gestão Pública	1.264.008,70	1.248.837,70	
(-) Amortização Acumulada	(1.112.425,99)	(1.019.842,01)	
Imobilizações em andamento	85.821,00	0,00	
Total do Ativo Não Circulante	27.595.204,67	22.446.736,77	
Total do Ativo	83.337.292,26	73.459.278,44	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em Reais)			
Descrição	Patrimônio Social	Superávit(Déficit) do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2020	19.674.984,39	4.979.656,02	24.654.640,41
Incorporação do resultado anterior	4.979.656,02	(4.979.656,02)	-
Superávit Exercício	-	8.985.836,84	8.985.836,84
Saldos em 31/12/2021	24.654.640,41	8.985.836,84	33.640.477,25
Incorporação do resultado anterior	8.985.836,84	(8.985.836,84)	-
Superávit do Exercício	-	4.564.186,44	4.564.186,44
Saldos em 31/12/2022	33.640.477,25	4.564.186,44	38.204.663,69

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

1.CONTEXTO OPERACIONAL A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz), mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA (filial), é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938. A Sociedade Beneficente São Camilo tem as seguintes finalidades: I.Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor. II.Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde. III.Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias; IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais. Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com 683 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo. O Hospital Regional do Vale do Paraiba manteve o convênio SPDOC nº 862257/2020 com prazo de vigência de cinco anos iniciando em 01/07/2020 com aditivos de retratificação entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo. 2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil, requeridas para o período findo em 31 de dezembro de 2022, que consideram as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os entendimentos da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e NBC ITG 2002 (R1) - Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada devido não haver resultados nestas características. BASE DE PREPARAÇÃO a)Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas e entidades sem fins lucrativos. A elaboração das demonstrações financeiras foi concluída pela administração em 31 de janeiro de 2023. b)Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. c)Uso de estimativas e julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à avaliação de ativos financeiros a valor justo, análise do risco de crédito na determinação das perdas estimadas de créditos, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às referidas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. d)Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas inicialmente com base no custo histórico. 2.2.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a)Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras e em contas de caderneta de poupança mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. As aplicações em contas de caderneta de poupança são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor. b) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. d)Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos: A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e neste exercício não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem para serem ajustadas a valor presente. e)Imobilizado e Intangível: Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação/amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado por bem.

As taxas de depreciação em uso estão apropriadas, em relação aos níveis de utilização dos ativos. Ressalte-se que todos os bens móveis adquiridos ou através de doações com verbas de investimentos e verbas de recursos próprios, pertencem ao poder público "Governo do Estado de São Paulo." f)Apuração do resultado do exercício As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. g)Patrimônio Líquido O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. h)Imposto de Renda e Contribuição Social O imposto de Renda e a Contribuição Social não são devidos em decorrência da imunidade tributária, por tratar-se de Entidade sem fins lucrativos, amparada nos artigos 150, inciso VI, letra "C" e 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal de 1988.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	31/12/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)
Caixa geral - Rec. Próprio Sem restrição	2.000,00	2.000,00
Contas correntes - Recurso Próprio - Sem restrição	5.389,35	4.894,41
Aplicações financeiras - Rec. Público - Com restrição	10.755.518,52	8.297.852,35
Aplicações financeiras - Rec. Próprio - Sem restrição	6.605.847,18	2.199.847,31
Total	17.368.755,05	10.504.594,07

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados pelo Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Automático do Banco do Brasil, que apresentam carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós fixados, desde que indexados e/ou sintetizados por CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias. Em decorrência de publicação desta Nota Explicativa às Demonstrações financeiras individuais da SBSC-Hospital Regional do Vale do Paraiba de 31/12/2021, publicada no Diário Oficial Empresarial do Estado de São Paulo, Poder Executivo - Seção I, às páginas 53 e 54 em 12/04/2022, a instituição verificou necessidade de reapresentar as informações de 2021 devido a reclassificação que melhor representa os saldos de caixa e equivalente de caixa, esclarecendo que os valores informados nesta conta não representam alteração do resultado da empresa, portanto onde se lê: - Aplicações Financeiras - Recurso Público - Com Restrição - 8.330.942,86, apresentado originalmente, leia-se 8.297.852,35, e - Aplicações Financeiras - Recurso Privado - Sem Restrição - 2.166.756,80, apresentado originalmente, leia-se 2.199.847,31.

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS		
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Créditos com Pacientes Particulares	1.051.008,91	880.994,87
Créditos com Pacientes Convênios	24.299.926,16	21.655.846,15
Créditos de Pacientes do SUS	7.276.434,20	5.786.407,44
-) Perdas Estimada em Créditos	(5.024.157,15)	(791.820,00)
Total	27.603.212,12	27.531.428,46
Direitos a Faturar (CPC 47) (a)	4.683.771,72	7.174.064,32
Total	32.286.983,84	34.705.492,78

As Perdas Estimadas de Créditos foram avaliadas por vencimento e consideradas suficientes pela administração. Em 2022, foram reclassificados valores a receber a longo prazo para as contas de Créditos com Pacientes - Longo Prazo, sendo que o valor líquido após deduzidas as Perdas Estimadas de Créditos resulta em R\$ 604.082,48. (a) Os Direitos a Faturar (CPC 47) se referem à produção em 2022, cujo as contas de pacientes sofrerão o efetivo faturamento na próxima competência.

5. OUTROS CRÉDITOS		
	31/12/2022	31/12/2021
Outros Créditos - Circulante		
Créditos de Funcionários	538.875,83	458.306,40
Outros Créditos	63.182,01	40.000,00
Total	602.057,84	498.306,40

6. ESTOQUES		
	31/12/2022	31/12/2021
Estoque - Circulante		
Drogas e Medicamentos	2.554.876,89	2.158.618,54
Materiais de uso paciente	1.717.266,98	2.038.638,76
Gêneros Alimentícios	18.723,76	31.177,50
Produtos de Limpeza	84.111,63	65.126,26
Impressos Mat. de Expediente	42.521,24	22.996,01
Materiais de Laboratório	188.592,73	136.371,83
Materiais Especiais	405.802,32	224.914,11
Outros Materiais	466.158,62	620.665,59
Total	5.478.054,17	5.298.508,60

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - GESTÃO PÚBLICA			
	31/12/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Imobilizado			
Gestão Pública			
Benf. Imóveis de 3ºs.	29.682.099,89	29.682.099,89	4%
Móveis e Máquinas	1.717.266,98	12.699.313,26	10%
Apar./Instrum.			
Medicina/Cirurgia	24.833.768,51	18.331.645,22	20%
Equip. Proc. Dados	2.405.934,73	2.165.464,23	20%
Equip. de laboratório	185.718,80	179.666,80	20%
Instalações	1.255.486,14	1.255.486,14	10%
Biblioteca	27.609,38	27.609,38	10%
Outras Imobilizações	871.737,82	701.367,26	10%
Veículos	80.900,00	80.900,00	20%
Total	72.625.137,45	65.123.552,18	
(-) Depreciação acumulada	(47.610.067,84)	(44.598.553,55)	
(=) Imobilizado líquido	25.015.069,61	20.524.998,63	

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)
Receitas - Saúde		
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	17 99.096.093,12	90.665.069,33
(-) Glosas - Convênios/Particulares	17 (3.125.535,22)	(296.603,31)
Receitas Direitas a Faturar (CPC47)	17 (2.490.292,60)	2.828.154,00
Receitas - SUS	75.144.446,06	70.314.938,24
(-) Glosas - SUS	(3.981.098,37)	(8.399.765,39)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	79.925.198,03	64.740.985,00
Gratuidades		
Custo Gratuidades Concedidas	14 76.261.126,53	66.523.016,63
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	14 (76.261.126,53)	(66.523.016,63)
(=) Receita Operacional Líquida	14 244.568.811,02	219.852.777,87
Custos - Saúde		
(-) Custo dos Serviços Prestados	(228.507.694,44)	(198.833.431,57)
(-) Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais		
Custo Contribuições Previdenciárias	14 18.677.369,28	16.525.229,31
(-) Isenção das Cont. Previdenciárias	14 (18.677.369,28)	(16.525.229,31)
Custo COFINS	14 10.421.550,78	9.247.915,47
(-) Isenção COFINS	14 (10.421.550,78)	(9.247.915,47)
Custo CSLL	14 410.776,78	808.725,32
(-) Isenção CSLL	14 (410.776,78)	(808.725,32)
(=) Superávit Bruto	16.061.116,58	21.019.346,30
(+/-) Despesas Administrativas		
Custos com Pessoal	(18.922.971,17)	(16.548.231,87)
Serviços de Terceiros	(557.946,13)	(348.554,17)
Materiais Médicos Não Reembolsáveis	(325.347,01)	(255.993,62)
Impostos, Taxas e Contribuições Gerais	(3.796.563,91)	(3.325.837,41)
(=) Sub-Total	(7.548.154,65)	538.511,07
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		
Receitas com Doações	17 10.631.962,23	3.315.738,93
Receitas Diversas	17 1.511.898,03	762.561,81
Subvenções	14 2.474.451,29	6.877.050,88
Despesas Diversas	(3.727.995,23)	(2.816.621,20)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas	3.342.161,67	8.677.241,49
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		
Receitas Financeiras	17 1.351.647,36	389.757,35
Despesas Financeiras	(129.622,59)	(81.162,00)
(=) Sub-Total	1.222.024,77	308.595,35
(=) Superávit do Exercício	2.2 (f) 4.564.186,44	8.985.836,84

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	31/12/2022 (R\$)	31/12/2021 (R\$)
Superávit do Exercício	4.564.186,44	8.985.836,84
Ajustes no resultado para conciliar o caixa:		
Depreciação e amortização	3.814.547,21	4.060.076,08
Baixa Líquida de Imobilizado	51.366,25	32.545,94
Constituição de perdas esperadas de créditos	6.658.830,44	700.406,53
Constituição de Provisão para demandas judiciais	387.246,01	3.069.128,46
Resultado ajustado	15.476.176,35	16.847.993,85
Aumento ou Redução de ativos e passivos		
Redução / (Aumento) Contas a Receber / Outros créditos	(4.686.823,81)	(16.961.239,50)
Redução / (Aumento) Estoques	(179.545,57)	(527.324,43)
Redução / (Aumento) Despesas antecipadas	(596,87)	959,31
Redução / (Aumento) Depósitos Judiciais	(307.238,03)	94.241,67
(Redução) / (Aumento) de fornecedores	1.048.911,42	1.798.673,96
(Redução) / (Aumento) de Obrigações trabalhistas	1.231.497,67	187.091,45
(Redução) / (Aumento) de obrigações sociais	168.135,35	6.610,96
(Redução) / (Aumento) de obrigações tributárias	298.674,54	137.140,47
(Redução) / (Aumento) de outras obrigações	2.179.362,39	1.148.079,29
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	15.228.553,44	2.732.227,03
Atividades de investimentos		
(Aquisição do ativo imobilizado)	(8.263.292,46)	(1.165.586,95)
(Aquisição do ativo intangível)	(15.279,00)	(48.027,82)
(Imobilizações em andamento)	(85.821,00)	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(8.364.392,46)	(1.213.614,77)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.864.160,98	1.518.612,26
Demonstrado como segue:		
Aumento (Redução) de caixa e equiv. de caixa		
Caixa e equiv. de caixa no início do período	10.504.594,07	8.985.981,81
Caixa e equiv. de caixa no final do período	17.368.755,05	10.504.594,07
Variação de caixa e equivalentes de caixa	6.864.160,98	1.518.612,26

	31/12/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Intangível - Gestão Pública			
Software	1.264.008,70	1.248.837,70	20%
(-) Amortização acumulada	(1.112.425,99)	(1.019.842,01)	
(=) Intangível líquido	151.582,71	228.995,69	

	31/12/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Imobilizações em andamento			
Imobilizações em andamento	85.821,00	0,00	

Sociedade Beneficente São Camilo (Hospital Regional do Vale do Paraíba) CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Obrigações Fiscais	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a Recolher	924.208,37	664.348,95
IRRF a Recolher de Terceiros	68.013,24	60.087,21
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	216.732,20	193.752,92
ISS na Fonte a Recolher	94.877,64	86.967,83
Total	1.303.831,45	1.005.156,91

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	31/12/2022	31/12/2021
Honorários Médicos a Pagar	7.047.432,12	6.205.912,83
Contas a Pagar	1.752.467,85	1.895.236,31
Empréstimos a Repassar	19.529,97	46.271,61
Subvenções a Realizar (a)	1.964.545,56	0,00
Outras Obrigações	94.004,88	566.694,64
Total	10.877.980,38	8.714.115,39

(a) Em 2022, a Entidade recebeu termos aditivos da Secretaria de Estado da Saúde (SES) que se encontram em aberto na conta de Subvenções a Realizar, conforme segue: **Termo Aditivo nº 06/2022**, no valor de R\$ 600.654,00, visando a transferência de recurso financeiro para investimentos estabelecidos por emenda parlamentar para o hospital. O recurso recebido em 11/11/2022 tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do Convênio com a SES; **Termo Aditivo nº 07/2022** no valor de R\$1.356.612,88 visando a transferência de recurso financeiro para execução de adequações estruturais para obtenção de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) do hospital. O recurso recebido em 29/12/2022 tem prazo de vigência a partir da data de sua assinatura até o encerramento do convênio com a SES. Os recursos financeiros foram acrescidos de rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$7.278,68), com saldo total de R\$1.964.545,56 a utilizar no exercício seguinte.

13. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A administração do Hospital efetua uma avaliação permanente dos riscos envolvidos nos processos contenciosos que possam surgir no decorrer de suas atividades. Essa avaliação é efetuada com base nas informações disponíveis e nos fatores de riscos presentes em cada processo, com base na opinião dos seus assessores jurídicos. A avaliação e classificação entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho, determinam os casos passíveis de constituição de provisão de acordo com os critérios determinados pela administração, incluindo bases históricas. Para fins de divulgação, os riscos de perda provável e possível correspondem a:

Parâmetro Jurídico - Processos Judiciais	R\$	Situação
Risco de Perda	9.235.933,53	Registrado
Risco Provável	8.834.825,50	Divulgação

14. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

O Hospital mantém controles que demonstram no exercício de 2022 o cumprimento do percentual de 78,67% de atendimento à pacientes do SUS, medido por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE):

SISTEMA AIIH/CIHA - 2022				
MÊS	AIIH - SUS E GRATUITOS	CIH	TOTAL MENSAL	%SUS
Janeiro	5.027	1.097	6.124	82,09%
Fevereiro	4.649	1.401	6.050	76,84%
Março	5.121	1.346	6.467	79,19%
Abril	5.426	2.019	7.445	72,88%
Maio	5.728	1.514	7.242	79,09%
Junho	5.243	1.427	6.670	78,61%
Julho	7.123	1.467	8.590	82,92%
Agosto	5.859	1.979	7.838	74,75%
Setembro	5.099	1.778	6.877	74,15%
Outubro	5.706	1.445	7.151	79,79%
Novembro	5.659	1.255	6.914	81,85%
Dezembro	5.458	1.191	6.649	82,09%
Total Geral	66.098	17.919	84.017	78,67%

17. RECEITAS OPERACIONAIS 2022 (RECEITAS ALHEIAS)

17 RECEITAS OPERACIONAIS 2022 (Receitas Alheias)													
ANO 2022	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
DEMAIS RECEITAS	5.498.136,66	8.682.769,82	6.452.621,90	8.922.341,38	7.518.802,79	10.088.582,50	9.233.633,04	10.572.059,51	7.423.613,56	8.403.016,50	7.515.386,47	13.801.263,40	104.112.227,53
Particulares	41.142,27	358.766,07	93.240,07	54.277,83	152.375,69	55.598,25	93.659,27	134.199,46	149.612,90	500.888,97	135.100,46	138.008,94	1.906.870,18
Convênios Privados (-) Glosas (+) Direitos a Faturar (CPC 47)	5.011.434,00	8.144.350,94	6.194.793,63	8.851.377,99	6.783.213,71	8.892.208,63	8.691.344,28	10.433.563,80	7.099.687,36	7.399.048,71	7.335.120,89	6.737.251,18	91.573.395,12
Doações Mat. Med. Imob.	445.560,39	179.852,81	164.588,20	16.685,56	583.213,39	1.140.775,62	448.629,49	4.296,25	174.313,30	503.078,82	45.165,12	6.926.003,28	10.631.962,23
RECEITAS DIVERSAS	44.572,19	66.389,87	43.575,63	49.288,61	50.723,36	59.207,73	47.345,31	72.939,31	69.052,57	118.173,40	110.390,23	780.239,82	1.511.898,03
Ganhos de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	159,40	38.381,62	1.183,84	10.915,49	50.640,15
Recuperações Diversas	22.461,82	32.668,13	18.439,48	20.981,66	28.658,26	25.236,33	32.105,71	28.196,90	23.674,41	32.009,78	29.219,84	22.847,73	316.500,05
Outras Receitas Diversas	7.100,47	18.521,99	10.136,15	12.135,97	7.065,10	18.971,40	(17,13)	29.742,41	29.903,67	32.782,00	64.250,72	6.788,87	237.381,62
Glosas Recuperadas	9,90	199,75	-	1.170,98	-	-	256,73	-	315,09	-	736,03	724.687,73	727.376,21
Convênio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	68.275,24	66.575,16	78.404,10	76.642,13	102.561,94	90.596,60	95.090,39	125.255,17	135.873,12	145.191,44	198.635,82	168.546,25	1.351.647,36
Rendimentos de Aplicações	62.708,28	57.782,00	76.356,45	72.231,05	84.853,43	88.833,01	94.318,13	108.071,88	130.342,08	136.374,18	147.845,55	158.764,26	1.218.480,30
Juros e Correções Mon.	2.939,20	592,14	801,38	438,60	12.959,18	1.115,64	3.246,66	6.489,58	3.654,07	5.103,26	9.938,36	9.372,16	56.650,23
Descontos Obtidos	2.627,76	8.201,02	1.246,27	3.972,48	4.749,33	647,95	-	2.474,40	10.693,71	1.876,97	3.714,00	40.851,91	409,83
TOTAL POR MÊS	5.610.984,09	8.815.734,85	6.574.801,63	9.048.272,12	7.672.088,09	10.238.386,83	9.376.068,74	10.770.253,99	7.628.539,25	8.666.381,34	7.824.412,52	14.750.049,47	106.975.172,92
TOTAL POR TRIMESTRE		21.001.320,57		26.958.747,04		27.774.861,98		27.774.861,98		31.285.819,07			

Márcio do Espírito Santo - Diretor Administrativo - CRA-SP 94662

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro - CRA-SP 78362

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CRC CT 1SP 182612/O-9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA Taubaté – SP **OPINIÃO** Examinamos as demonstrações financeiras da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para gestão do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO referente ao convênio para gestão do HOSPITAL REGIONAL DO VALE PARAIBA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBCTG 1000), e a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002). **BASE PARA OPINIÃO** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde – CEBAS, mas o processo de renovação do CEBAS está em curso no Ministério da Saúde, com nº 25000.203986/2018-36 e nº 25000.175559/2021-56. As demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste exigido caso não seja renovado referido certificado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto. **OUTROS ASSUNTOS** Leitura das demonstrações financeiras Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o HOSPITAL REGIONAL DO VALE

PARAIBA não possui personalidade jurídica própria, visto que a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO é a responsável pela operacionalização, administração e execução das atividades e dos serviços de saúde da entidade. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Sociedade Beneficente São Camilo. **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade e do contrato de gestão continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. São Paulo, 31 de janeiro de 2023. **MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES** CRC 2SP033482/O-3 **Vagner Alves de Lira** CT CRC Nº SP222941/O-8

Termo Aditivo	Valor
Repasse T.A. 04/2022	44.446,00
Rendimentos s/Aplicações financeiras	306,90
Total	44.752,90
Aplicação dos Recursos em 2022	Valor
Equipamentos de Proc. Dados	(20.738,00)
Máquinas e outros	(22.356,90)
Software	(1.598,00)
Total	(44.752,90)
Saldo a utilizar no exercício seguinte	0,00

16.2 - Subvenções - Portarias Federais em 2021 No exercício de 2022 a Entidade recebeu as seguintes portarias do Ministério da Saúde no montante de R\$2.380.500,00, conforme segue: **Portaria GM/MS nº 177, de 31/01/2022:** Estabelece a transferência de recurso financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para o enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo Coronavírus. Valor recebido em 10/03/2022 – R\$19.500,00; **Portaria GM/MS nº 679, de 30/03/2022:** Estabelece a transferência de recurso financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para o enfrentamento das demandas assistenciais geradas pela emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo novo Coronavírus. Valor recebido em 24/05/2022 – R\$9.000,00; **Portaria GM/MS nº 2.336, de 14/09/2021:** Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$1.152.000,00; **Portaria GM/MS nº 2.730, de 14/10/2021:** Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico, dos Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$480.000,00; **Portaria GM/MS nº 3.082, de 09/11/2021 e Portaria GM/MS nº 3.202, de 18/11/2021:** Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico (Convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$240.000,00; **Portaria GM/MS nº 3.340, de 01/12/2021:** Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico e leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto e Pediátrico (Convertidos), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$240.000,00; **Portaria GM/MS nº 3.374, de 03/12/2021:** Libera, em caráter excepcional, a transferência de recurso financeiro para custeio de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI Tipo II Adulto, Pediátrico e Convertidos, de Estados e Municípios, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19. Valor recebido em 01/06/2022 – R\$240.000,00. Os repasses recebidos foram acrescentados aos saldos remanescentes do exercício anterior e devidos rendimentos de aplicações financeiras, sendo que a aplicação dos recursos foi integral, conforme quadro a seguir:

(=) Saldo do exercício anterior		1.478.146,37
(+) Repasse 2022 conforme Portarias Covid 19	2.380.500,00	2.429.698,39
(+) Rendimentos s/Aplicações Financeiras	49.198,39	
Total		3.907.844,76
(-) Aplicação dos Recursos em Serviços Assistenciais e Insumos	(3.907.844,76)	
Saldo a utilizar no exercício seguinte		0,00

17. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba demonstra e apresenta para a Secretaria de Estado da Saúde o Relatório trimestral sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços alheios ao presente instrumento.

18. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

19. COBERTURA DOS SEGUROS

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dadas sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

20. COMPROMISSOS

No encerramento do período de 2022 a Entidade não possui outros contratos ou compromissos futuros que requeiram divulgação nas demonstrações financeiras.